



Procuradoria Geral do Estado - PGE
Procuradoria de Contratos e Convênios - PGE-PCC

Parecer nº 72/2021/PGE-PCC

Referência: Processo Administrativo n. 0002.125329/2019-81. Pregão Eletrônico n. 267/2020/KAPPA/SUPEL/RO

Procedência: Equipe de licitação GAMA/SUPEL.

Interessado: Agência Estadual de Vigilância em Saúde – AGEVISA/RO

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de limpeza, desinfecção e conservação predial, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de saneantes domissanitários, uniformes, material, produtos e equipamentos necessários à execução dos serviços, visando atender a AGEVISA-RO pelo período de 12 meses.

Valor Estimado: R\$ 500.962,31 (quinhentos mil novecentos e sessenta e dois reais e trinta e um centavos)

Ementa: Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Recurso Administrativo. Conhecimento. planilha de custo. Validade de Certidão. Improcedente.

I - INTRODUÇÃO

1. Trata-se de recurso interposto pela empresa **FBX SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LIMPEZA PREDIAL LTDA**, inscrita sob CNPJ nº 07.436.461/0001-50, com fundamento no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal n. 10.520/2002 e no art. 26 do Decreto Estadual n. 12.205/06.
2. O presente processo foi encaminhado pela Pregoeira para fins de análise e parecer jurídico.
3. Abrigam os autos o Pregão nº 267/2020/KAPPA/SUPEL/RO.
4. Houve apresentação de contrarrazões pela empresa **BIOCLEAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EIRELI**.

II - ADMISSIBILIDADE

5. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse recursal, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.
6. O interesse recursal está demonstrado na Ata (0015367450).

III - DO RECURSO INTERPOSTO PELO LICITANTE FBX SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LIMPEZA PREDIAL LTDA (0015566159)

7. O Recorrente apresenta inconformismo com a decisão que classificou a empresa BIOCLEAN no certame.
8. Alega em sua intenção recursal, o seguinte:

"A empresa recorrida BIOCLEAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EIRELI cotou apenas 0,93% na letra "A" do Submódulo 4.1, Substituto na Cobertura de Férias, quando o correto é 8,33%.

A certidão de Falência e Concordata está vencida na data da habilitação, em desacordo com o subitem 15.1.1.2 do Edital, portanto, não poderia ser habilitada.
9. Em suas razões recursais, questiona o preenchimento da planilha de custo, bem como a validade da certidão de recuperação judicial.
10. Requer a procedência do seu recurso para desclassificar a empresa ora vencedora.

IV - DA CONTRARRAZÃO APRESENTADA PELA LICITANTE BIOCLEAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EIRELI (0015566204)

11. A Recorrida alega que atendeu plenamente os requisitos do edital, por essa razão deve ser mantida a decisão que a classificou e habilitou.
12. Destacou que não se pode confundir os custos alocados na Letra "B" do submódulo 2.1, com a Letra "A" (substituto na cobertura de férias) do submódulo 4.1 (Ausências Legais).
13. Ressalta que o custo contemplado no submódulo 2.1 é referente as férias e adicional de férias do titular do posto, e o custo contemplado no submódulo 4.1, trata-se do pagamento da remuneração, ou seja, o que a contratada vai pagar para outro empregado substituir o titular do posto durante suas férias.
14. Quanto a alegação da certidão de recuperação vencida, não deve prosperar, haja vista que atendeu prontamente o prazo estabelecido no edital, do momento que registrou sua proposta e encaminhou os documentos, nos moldes do Decreto 10.024/19.
15. Requer que o recurso apresentado pela Recorrente seja julgado totalmente improcedente.

VI - DECISÃO PREGOEIRA (0016067542)

16. Compulsando os autos, a Pregoeira julgou:
 - **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela licitante FBX SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LIMPEZA PREDIAL LTDA, mantendo classificada e habilitada a recorrida BIOCLEAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EIRELI.

VII - PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL

17. Preliminarmente esclarecemos que o recorrente FBX SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LIMPEZA PREDIAL LTDA apresentou intenção de recurso e razões recursais, insurgindo contra a classificação e habilitação da Recorrida no certame.
18. Em consonância ao art. 4º, inc. XVII, da Lei Federal nº 10.520/02, c/c art. 26 do Decreto Estadual nº 12.205/06, e subsidiariamente, com o art. 109, inc. I, alínea "b", da Lei Federal nº 8.666/93, discorremos quanto ao parecer jurídico.
19. Destaca-se o inconformismo, alegando que a Pregoeira aceitou erroneamente a planilha de custo da empresa BIOCLEAN, haja vista a insuficiência de reserva financeira para a substituição de funcionário.
20. Por se tratar de questão exclusivamente técnica e com a finalidade de resguardar a Administração e dirimir eventuais dúvidas, a Pregoeira encaminhou os autos para análise técnica da planilha de custo, por meio de Despacho SUPEL-KAPPA (0015566444)
21. A equipe técnica exarou o Despacho SUPEL-GAP (0015900385), e concluiu que:

(...)

Substituto na Cobertura de Férias - O valor pago durante as férias do empregado já consta na remuneração (Módulo 1) e que o valor pago ao empregado para fazer frente ao custo de suas férias acrescidas do terço constitucional já foram apuradas na letra B do submódulo 2.1. Férias pagas ao substituto - Cálculo: $((1 + 1/3)/12)/12 = 0,93\%$.

Por fim, ressalta-se que o modelo de planilha de custos e todas estas previsões acima elencadas diz respeito às condições mínimas necessárias à realização de um contrato para prestação de serviços terceirizados, com dedicação exclusiva de mão de obra, pelo período de um (01) ano e que, caso venha a ser prorrogado, todos as rubricas deverão ser novamente apreciadas, à luz da legislação trabalhista e previdenciárias, bem como da ocorrência ou não dos indicadores previstos, para definir se serão considerados custos renováveis ou não-renováveis.

Contudo, compreendemos que a proponente seguiu ao que estava disposto no itens 5.5.3 e 6.7.1 do Edital de contratação do pregão eletrônico nº 267/2020, tornando a empresa licitante responsável em arcar com eventuais equívocos no dimensionamento da proposta quando esta for considerada exequível pela Administração
22. Ressalta-se que as planilhas de custo, antes de aceitas pela Pregoeira, foram analisadas por profissional com expertise suficiente para detectar possíveis erros de preenchimento, conforme Parecer 33 (0015242778) e Parecer 35 (0015359104).
23. Ademais, mesmo que houvesse algum erro de preenchimento da planilha de custo, tal fato não poderia ensejar na desclassificação da proposta.
24. Nesse sentido é posicionamento do Tribunal de Contas da União - TCU

A existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratantes realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. (Acórdão 2.546/2015 – Plenário)
25. No que se refere a validade da certidão de recuperação judicial, verifica-se que não merecem reparo a decisão da pregoeira, vejamos o edital (0014745213):

13.7. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Recuperação Judicial – Lei nº. 11.101/05 (recuperação judicial, extrajudicial e falência) emitida pelo órgão competente, expedida nos **últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.**

26. A certidão fora emitida em 21/09/2020, logo, seu vencimento se dá em 20/12/2020. Destaca-se que a abertura do certame foi dia 27/11/2020.
27. Corroborar com o entendimento da Pregoeira o art. 26 do Decreto 10.024/2019, o qual que dispõe que os documentos devem ser anexados até o dia da abertura da sessão, portanto, válido até o dia 27/11/2020, vejamos:

"Art. 26. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até

a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública."

28. Frisa-se que em relação aos aspectos técnicos da planilha de custo, partiremos da premissa de que o profissional municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

29. Por fim, o Tribunal de Contas da União orienta a aplicação do Princípio do Formalismo Moderado durante a condução do certame licitatório, afastando interpretação que acarrete exigências demasiadamente formais, gerando aquisições desvantajosas para a Administração Pública (acórdão n. 357/2015-plenário).

VIII - CONCLUSÃO

30. Ante o exposto, esta Procuradoria Geral do Estado, sob o viés jurídico que lhe compete, não vislumbra qualquer irregularidade na decisão do(a) Pregoeiro(a).

31. A decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, que garante a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

32. Encerrada a fase de julgamento dos recursos administrativos, verifica-se que foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, dando-se oportunidade para contrarrazão.

33. Tendo em vista o preço estimado desse procedimento licitatório, essa opinião será submetido à aprovação ao Procurador Geral do Estado diante da autorização condá no argo 11, inciso V, da Lei Complementar nº 620/2011 concomitante tratar-se de assunto de importância estadual, conforme dispõe a Resolução nº 08/2019/PGE-GAB, da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia - Edição 126 - 11 de julho de 2019 - Porto Velho/RO (6876905).

34. Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso, do art. 109, § 4º, da Lei n.º 8.666/93, à decisão superior, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNNO CORREA BORGES, Procurador(a)**, em 24/02/2021, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0016277706** e o código CRC **8C09D92B**.